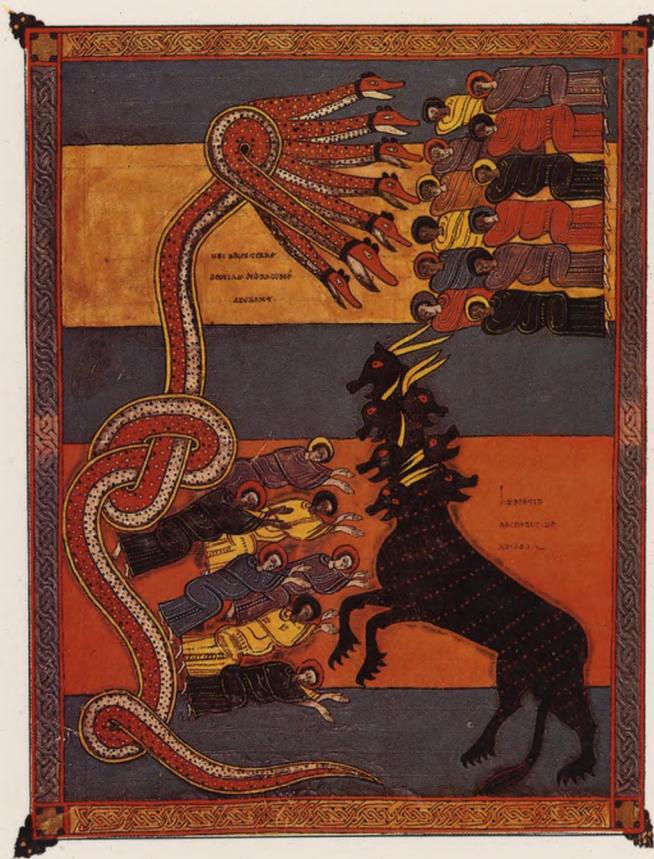


⓪ Sagrado e o Profano



HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1986

OS INQUÉRITOS LITERÁRIOS ** 1912-1920

Em 1915 foi publicado, em volume, o *Inquérito Literário* que José Boavida Portugal organizou, em 1912, no jornal *República*. Foi, aliás, por intermédio desse *Inquérito* que Boavida Portugal, 1889-1931, se notabilizou, já que o seu *Eça de Queiroz Bolchevista* não passa de um estudo medíocre. O jornalista conseguiu reunir depoimentos de Júlio de Matos, Henrique Lopes de Mendonça, Teixeira de Pascoes, Augusto de Castro, Gomes Leal, João Grave, Gonçalves Viana, F. Adolfo Coelho, Veiga Simões, Júlio Brandão, Vila Moura, Carlos Malheiro Dias, e réplicas de Raúl Proença, Antero de Figueiredo, Júlio de Matos, Fernando Pessoa, Augusto Casimiro, João Amaral, Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoes, Gomes Leal, Albino de Meneses, Sousa Costa, Aarão de Lacerda, Manuel António de Almeida, Garcia Pulido, José Constantino Ribeiro Coelho, Rita Martins, António Sardinha, Afonso de Bourbon e Hernâni Cidade. Dos comentários da imprensa, coligiu ecos, polémicas ou simples alusões por por vezes desdenhosas ou insípidas que apareceram n'*A Montanha*, n'*O Socialista*, n'*A Capital*, n'*O País*, n'*A Fronteira*, n'*A Voz Pública*, n'*O Novidades*, n'*O Primeiro de Janeiro*, n'*O Intransigente* e n'*O Mundo*.

Na abertura da edição em livro, Boavida Portugal punha em confronto as duas formas de sentir que, no país, tinham oposto, durante os doze anos decorridos do século XX, duas orientações políticas e sociais: o republicanismo (representado pelas novas escolas) e o monarquismo (representado pelas velhas igrejas). Se as escolas tinham, de facto, «afogado» as igrejas,

* Director do Instituto Português do Património Cultural.

** Capítulo do 2.º volume de *Literatura Portuguesa — História e Crítica*.

se o republicanismo asfixiara a sobrevivência do monarquismo, então algumas modificações teriam de notar-se não apenas na sociedade portuguesa, mas também na sua maneira de encarar os problemas do espírito e os literários, em suma, os problemas culturais. Boavida Portugal pergunta-se: *As tendências dos nossos escritores indiciarão, porventura, a ressurreição da vida nacional?* E ainda: *Qual é o laço histórico-social que nos liga ao passado?* O) Pretendia-se, mais do que responder àquelas perguntas, que eram pertinentes numa época em que a ânsia de exame descera a pormenores ínfimos, saber se, nas letras, se evidenciava algum reflexo da revolução política que prosseguia cada vez mais violenta. Como que se tomava o pulso à nação; como que se tentava encontrar a forma por que na literatura se expressavam os ideais e as aspirações que tinham tomado corpo na República de 1910.

Logo ao fazer o balanço do inquérito à vida literária portuguesa, Boavida Portugal deplorava que alguns intelectuais, e dos mais evidenciados, tivessem falseado os depoimentos sem atenderem à responsabilidade social que lhes cabia; mas o mais interessante é o verificar-se quanto Boavida Portugal e alguma imprensa da época (pelo menos a mais consciente) sublinhavam com fervor essa mesma responsabilidade do intelectual na evolução ou na involução da vida social portuguesa, o que põe em evidência alguns dos aspectos fundamentais da campanha republicana e da intervenção do homem de letras na política e na luta ideológica. Por isso, o inquérito do jornal *República* incidia sobre as grandes personalidades, algumas que vinham do século XIX e das hostes positivistas (embora se notasse a ausência de Teófilo Braga), com Júlio de Matos à cabeça, então indigitado Ministro da Instrução Pública e escolhido para Reitor da Universidade de Lisboa, sem esquecer os à época jovens escritores do nascente Nacionalismo político-literário, com Vila Moura e Veiga Simões a representá-los mais significativamente; sem esquecer os monarquistas conservadores, como Carlos Malheiro Dias que tinha alcançado grande popularidade; sem esquecer os educadores, como Adolfo Coelho, prestigiado por uma longa e brilhante carreira; sem esquecer, em suma, o movimento da *Águia* e da Renascença Portuguesa, pela voz do seu poeta-profeta. Teixeira de Pascoaes. A amostragem, incluindo embora escritores de sucesso, muito lidos na época, como Gomes Leal, João Grave ou Lopes de Mendonça, não cobria, obviamente, todo o fermento intelectual da década e só nas réplicas vão

O) José Boavida Portugal, *Inquérito Literário*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1915, p. 7.

figurar depoimentos de importância como os de Fernando Pessoa, Manuel Ribeiro, Júlio Brandão, Nuno Simões, Mayer Garção, Leonardo Coimbra, J. Simões Coelho, na liça de uma polémica muitas vezes pedantemente satirizada pelos *parvenus* da grosseira imprensa partidária. A polémica mais ruidosa centrou-se em torno d' *A Águia* e do Saudosismo o que, de certo modo, apesar de desvirtuar a missão originária do Inquérito, veio revelar alguns aspectos curiosos da luta que se travava entre o Positivismo, o Intuicionismo e o Racionalismo.

A questão central do Inquérito consistia em se colher opinião sobre se, de facto, se operava ou não um renascimento literário em Portugal. Para Júlio de Matos, o primeiro depoente, a literatura portuguesa, tal como as restantes manifestações da vida nacional, atravessava um período de profunda desorientação, paralela, aliás, à que se deparava na literatura francesa, com excepção feita a Anatole France. Na origem desta desorganização mental, acusava-se a ausência de contactos intelectuais com outras culturas (nomeadamente a espanhola e a inglesa) e influía a grande dependência da França (a galolatria a que se referiria Mendes dos Remédios), país onde «os escritores mais procuravam escolher títulos do que escrever obras de valor» (2), como insistia Júlio de Matos que, ao lado da desorientação e da desorganização colocava, como factores negativos, ainda a *flutuação e a incerteza* do espírito nacional. Como não se lutava por qualquer ideal, a época era de depressão e não se descortinava vontade de decidir e de agir. O pessimismo de Júlio de Matos ia ao ponto de afirmar, não sem coragem, que *somos homens da ocasião* (3) e que à monarquia nada de novo sucedera a não ser partidos políticos. Todas as tarefas ingentes de recuperação eram deixadas para amanhã, seguindo-se, ao país dos descobridores, o país dos *mergulhadores*. A literatura teria de reflectir este estado de coisas, pelo que nem havia correntes de pensamento definidas, nem grandes escritores mau grado a popularidade recente de Carlos Malheiro Dias (*A Paixão de Maria do Céu*); o teatro era de *vomitare* e entre os poetas, Júlio de Matos, enfim, apenas distinguia Correia de Oliveira. Finalmente atacava a Renascença Portuguesa, porque «cultivar a saudade é amarrar-se ao passado, é alimentar um estado mórbido, é ajudar a definir mais a raça» (4). O célebre positivista não falava, a propósito do Saudosismo, uma linguagem muito diversa da de António Sérgio. Para Júlio de Matos, a Renascença Portuguesa nascera da fase de regressão de *Os Simples*,

(2) *Ob. cit.*, p. 14.

(3) *Idem*, p. 15.

(4) *Idem*, p. 18.

do Junqueiro asceta, de quem descendia em linha recta; e comparava o esforço imperialista da Alemanha do Kaiser, ou o engrandecimento industrial da Inglaterra, com a apatia portuguesa que tinha no *Desterrado*, de Soares dos Reis, o seu triste e verdadeiro símbolo. E já que considerava o Saudosismo como urna forma de Sebastianismo, a literatura saudosista não podia deixar de ser socialmente regressiva, panteísticamente abúlica, a fazer a apologia de urna vida utópicamente patriarcal e campestre que não se coadunava com a marcha implacável do progresso.

As declarações de Júlio de Matos provocaram reacções. Da *Montanha*, do Porto, em 5 de Setembro de 1912, veio a primeira voz discordante e escandalizada, seguindo-se-lhe textos de polémica n' *A Capital* e noutros jornais, mas a verdadeira defesa do Saudosismo só veio a ser feita, de forma consistente, por Leonardo Coimbra, novamente na *Montanha*, em 8 de Setembro. O artigo do filósofo, que pouco antes, no Porto, afirmara que o *pessimismo é uma ingratidão* ⁽⁵⁾, é um texto rude e violento de ataque ao conceito de patriotismo que grassara entre a geração da República e é, sobretudo, uma tentativa de decifração da caracterologia do pensamento e da literatura portuguesa. Assim, contradizendo Júlio de Matos, afirma Leonardo Coimbra que o parente próximo da poesia, em Portugal, é a poesia inglesa e que foi o pragmatismo inglês que, antes do neo-criticismo francês, mais nos impressionou e influenciou. Até nos domínios da ciência, a lógica portuguesa recebeu os Kelvin e os Maxwell apenas tornados mais inteligíveis por Duhem e Poincaré e, ao contrário do que afirma Júlio de Matos, da Alemanha era impossível escamotear a influência de Goethe, Schopenhauer, Nietzsche, Wagner, Schiller e Kant. Negava ainda a pobreza da cultura francesa da época, na qual assinalava, entre outros, Bergson, Boutroux, Curie e Perrier. É, finalmente, quanto à poesia portuguesa moderna, denunciava nas opiniões de Júlio de Matos o desconhecimento total dos poetas d' *A Águia*, como erróneo era o apodo de pessimista que dera ao Saudosismo, no qual elogiava, pelo contrário, uma forma de optimismo anti-depressivo, porque sendo os saudosistas homens fortes, viviam no «heroísmo de consciências morais que se afirmam e, nesse próprio heroísmo, bebem a luz duma vida supra-natural» ⁽⁶⁾. Convém sublinhar, de Leonardo Coimbra, a forma como caracterizou psicologicamente os poetas saudosistas: «Neles e para eles a vida

⁽⁵⁾ Sant' Anna Dionisio, *Leonardo Coimbra, o Filósofo e o Tribuno*, Lisboa, 1985, p. 50.

⁽⁸⁾ José Boavida Portugal, *ob. cit.*, p. 314.

è dramática e trágica. Dramática, porque a sua moral tem de romper e dominar a penedia dos instintos. Trágica, porque neles, a vida supra-humana é exilada na indiferente natureza circundante. Por isso, a vida é, neles, melancólica; a sua atitude perante a vida é de livre afirmação de bem querer» (7). A Saudade poderia, portanto, *cousar* (conforme a terminologia de Leonardo Coimbra) no nível a que o pensamento a poderia guindar e não se restringia ao *chorar do passado* em que depreciativamente a colocava Júlio de Matos. De qualquer modo, Leonardo Coimbra acabava de ultrapassar publicamente o jacobinismo primário de uma parte significativa da geração da República que apenas via n'Os *Simples*, de Junqueiro, uma forma de regresso ao catolicismo beato, e afirmava um tipo novo de patriotismo, longe do horizonte positivista, que só podia resultar do fortalecimento da alma nacional que era *concentração, riqueza interior e não movimento e luta por si e só por si* (8).

O segundo entrevistado no Inquérito Literário do jornal *República* foi Henrique Lopes de Mendonça para quem a desorientação literária do momento provinha do facto de se ter operado um grande desvio da linha evolutiva do Romantismo, ultrapassado pelo deslumbramento provocado por todos os estrangeirismos recentes; e nas causas da falta de uma verdadeira corrente literária, colocava a falta de leitores interessados que de todas as correntes literárias eram o estímulo fundamental. Vislumbra, no entanto, uma atmosfera de simpatia pelos clássicos e daí o desabrochar de uma nova escola lírica impregnada de tradições nacionais que vinha substituir-se aos artificialismos mitológicos e ao panteísmo científico que *de Shelley se propagou para as literaturas europeias* (9).

O terceiro e um dos curiosos depoimentos foi o de Teixeira de Pascoaes (10) que sobrevalorizou o papel da poesia portuguesa do momento. Os poetas, segundo Pascoaes, passaram a fundamentar-se no *íntimo veio religioso da alma lusitana* (11) que criara a Saudade, *Virgem do Desejo e da Lembrança, nascida do casamento do Paganismo com o Cristianismo** (12). Assim, a poesia religiosa era o primeiro sinal de renascimento literário e da raça, transformado o sentimento religioso lusitano no cerne de uma filosofia que se expressava concretamente no *Criadonismo*, de Leonardo Coimbra. O depoimento de Teixeira de

(7) *Idem*, p. 314.

(*) *Idem*, p. 316.

(») *Ob. cit.*, p. 25.

(10) P. 29.

(11) *Idem*, p. 30.

(12) *Idem*.

Pascoaes, escasso de informação minuciosa, caía em grandes generalizações e insistia no valor elegíaco da poesia portuguesa, forma essencial do lirismo da nação e timbre da sua cultura proiunda, oposta ao Drama que apenas pode preocupar-se com *o' olhar dos homens* e com o qual caracterizava a literatura e a cultura espanholas.

O depoimento de Augusto de Castro enfileira na campanha de recuperação nacionalista da literatura portuguesa. Uma vez ultrapassados o Naturalismo e o Simbolismo, o escritor contestava a ausência, em Portugal, de verdadeiras correntes dominantes, caracterizando a época como de dispersão total e afigurando-se-lhe que apenas um fugaz novi-romantismo aflorava momentaneamente a poesia e o romance, mas mesmo essa tendência era *dispersiva e multiforme* ⁽¹³⁾. Se a sociedade vivia um momento de combate, centralizava-se ele no confronto das pessoas e não das ideias e o divórcio entre a sociedade e a arte ainda mais se radicalizava. As mesmas e chamadas personalidades dominantes ou representativas eram escassas, já que mortos estavam Eça e Fialho e afastados Ramalho ou Junqueiro. Num ponto de vista que só superficialmente pode parecer contrário ao nacionalismo nascente, Augusto de Castro avançava a doutrina de que a existência de uma literatura pressupõe a existência de uma acção social e moral dos seus homens de letras, no que, de modo embora não ostensivo, secundava a posição de empenhamento do escritor na função social da arte. Mas, sublinhava, *uma literatura é uma força espiritual dirigente*. Ora ocorria que possuíamos então algumas elites literárias, com as suas *cotteries* limitadas e egoístas, representadas por Júlio Dantas, Eugênio de Castro, Carlos Malheiro Dias, Junqueiro, Gomes Leal e outros, talvez mais temperamentos do que elites, a que acrescentava ainda nos nomes de Marcelino Mesquita, Correia de Oliveira, Pascoaes que, em Portugal, viviam como numa ilha deserta. Por isso, Augusto de Castro assentava em que era necessário fundamentar uma literatura nacional de facto, para escapar ao puro cosmopolitismo céptico e literário que as últimas gerações do século XIX tinham feito enraizar, o que significou o abandono, na literatura, do veio fecundo da tradição da raça, acentuando a desnacionalização dos costumes. Ao atacar o Oitocentismo, ou o cosmopolitismo em que Eça e Ramalho pontificaram antes de se recolherem no mais lídimo casticismo, elogiava simultaneamente o nacionalismo de Teófilo Braga e do grupo de filólogos que recuperaram o interesse pelas épocas áureas do classicismo português. E terminava afirmando

(13) Ob. *cit.*, p. 34.

que «a tradição clássica, a tradição popular, a tradição camiliana vêm purificar a obra literária, nacionalizá-la não só nos seus aspectos mas no seu espírito, vivificá-la, dar-lhe o sentimento de raça que começava a faltar-lhe, o culto da linguagem que se prostituía» (14).

Gomes Leal, ao depor no *Inquérito Literário* de Boavida Portugal, pouco adiantava ao consabido princípio de que sendo os portugueses um povo de imitadores, na literatura nada podia traduzir um ideal novo se nada havia para imitar, mantendo-se o domínio do Realismo, já envelhecido e caduco. A Garrett via como o criador do elo de ligação entre o Romantismo e o Realismo, veio que se perdeu com Eça de Queirós que considerava como um simples continuador do Naturalismo de Zola ou de Flaubert e muito inferior, no seu portuguesismo, a Júlio Dinis e a Trindade Coelho. De resto, o depoimento de Gomes Leal consistiu num enunciar de predileções literárias, muito ao gosto do poeta, em que distinguia Carlos Malheiro Dias, Júlio Dantas, Antero de Figueiredo, João de Deus, Castilho, Junqueiro, Lopes Vieira, Pascoaes e outros. Mas, não sem espírito de bravata e com a arrogância incómoda que lhe era típica, anunciava, como se em vez de um depoimento bradasse um manifesto, que do seu misticismo (o do segundo *Anti-Cristo*, da *História de Jesus* e de *Senhora da Melancolia*), como do misticismo de Junqueiro e de Antero, saíria *uma nova ordem de ideias*, a verdadeira *renascença literária portuguesa*. É já o Gomes Leal da última fase, obscuro e preocupado com os seus dramas pessoais, quando afirma, em defesa do espiritualismo e da vertente misticista de Antero, que «a natureza não é mais do que uma longínqua imitação, um vago arremedo, um símbolo imperfeito do espírito» (15), anunciando o triunfo de uma nova misticidade que tanto vinha da Itália, da Alemanha, da *casta inglesa*, como dele próprio, em Portugal, já que *A Águia* não passava do jornal de uma *roda de rapazes* que alimentava pretensões literárias à custa do mútuo elogio.

Muito diversa é a posição de João Grave, no *Inquérito Literário*, que, crendo numa espécie de espontaneidade timbrada pelo absoluto, acreditava também no fenómeno de um ressurgimento literário simplesmente espontâneo. Porém, na época, acusava o domínio exagerado do sentimento e da impressão (em detrimento das sínteses de ideias) *produto de alma e não do cérebro*, como escreve (16) ; mas no julgamento de uma

(14) *Idem*, p. 40.

(15) *Ob. cit.*, p. 48.

(16) *Idem*, p. 55.

literatura só eram dominantes as ideias que ela exprime e não os sentimentos que evoca, porque «todas as tendências literárias têm por origem a especulação, o que as torna, evidentemente, em condensações ideológicas» (17).

Aniceto Gonçalves Viana, 1840-1914, um dos mais notáveis filólogos portugueses, poliglota, foneticista, antropólogo, iniciador, em Portugal, dos estudos de fonética fisiológica, colaborador do *Positivismo*, impulsionador da reforma ortográfica de 1911, companheiro de Vasconcelos Abreu, tradutor de Goethe e autor de uma extensa obra em que se salientam os seus *Estudos Glotológicos*, sábio de renome europeu biografado por José Leite de Vasconcelos e cuja actividade científica está parcialmente evocada nos *Problemas de Linguagem*, de Cândido de Figueiredo, também depôs no *Inquérito Literário* de Boavida Portugal. Analisando a perspectiva literária que vinha dos fins do século XVIII, acusava também o decaimento das formas de raciocínio em favor do sentimentalismo avulso, o que fazia que nenhuma geração novas se sobrepusessem à de Alexandre Herculano, Rebelo da Silva ou Oliveira Martins e que só Leite de Vasconcelos ombreasse com a geração em que se distinguiam Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Estácio da Veiga, Paulo de Oliveira, Martins Sarmiento, Santos Rocha, Arruda Furtado, Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Vasconcelos Abreu e Tomás Pires. A filologia triunfante substituíra o pensamento crítico-literário, motivo por que Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Rodolfo Dalgado, David Lopes, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Cortesão, Pedro de Azevedo e José Joaquim Nunes marcavam uma época que, noutros sectores, excluídos os casos da história das artes e da biografia artística (Joaquim de Vasconcelos, António Arroio e Sousa Viterbo) era de franca decadência. Como motivos para este obscurantismo, Gonçalves Viana apontava a influência dominante das ideias importadas do estrangeiro, a ausência de vocabulário especializado que acompanhasse o progresso, a decadência do teatro nacional, do romance português, da verdadeira poesia que, à época, não passava de «faceta», como pitorescamente a designava. E vituperando um progresso demasiadamente lento, nas ciências, denunciava o desgaste que o culto das personalidades impunha nas espécies novas levando ao apagamento da literatura.

O depoimento de F. Adolfo Coelho, um dos mais contundentes, reflecte a reacção da ciência positiva ao intuicionismo e ao messianismo que caracterizavam a Renascença Portuguesa o *A Águia*. Logo ao abrir da sua objurgatoria, Adolfo Coelho

(17) *Idem*, p. 55.

afirmava, de permeio com algumas ironias, que nem sequer nos assistia o direito de saudarmos a aurora de um verdaaeiro renascimento literário, até porque, nos decorridos doze anos do século XX, ainda não se produzira qualquer estudo rigoroso dos materiais que já possuíamos sobre a vida nacional, quer nos seus aspectos sociais, quer nos artísticos, éticos, religiosos e científicos, pelo que nem havia sínteses correctas nem diagnósticos de confiança sobre o estado das letras em Portugal. Por outro lado, não sem falta de modéstia, Adolfo Coelho indicava quase como único estudo e análise de base, o *Plano geral do ensino público*, que ele próprio publicara n.º Instituto, de 1911, e no qual concluía que nos faltavam todas as condições indispensáveis para uma renovação literária.

Seguidamente comparava o período pós-romântico de 1860-1870, aberto pela *escola coimbrã*, e que teve como decano o poeta João de Deus, com a actividade d' *A Águia* e de *Dionysos*. Se no primeiro punha de relevo Antero de Quental, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Alberto Sampaio e Anselmo de Andrade, sublinhando a acção dos dois últimos, Sampaio nos domínios da história e Andrade nas questões económico-financeiras, confrontava aquelas duas revistas com o esquecido *Tira-Teimas*, para concluir que entre os dois períodos havia bastas semelhanças: o mesmo culto de Camões, os mesmos intuits patrióticos, o mesmo republicanismo, o mesmo timbre poético na juventude que titubeantemente fazia versos e se assenhoreava da política, como a do meio século XIX, quando adulta, política veio a ser (Teófilo Braga e Manuel de Arriaga, entre outros). O que, porém, verificava não ter grassado na geração de 1860-70, era a visão messiânica, nem então — no que a alusão ia directa a Fernando Pessoa — se anunciara a vinda de um supra-Camões. E ainda que Teófilo e Antero fossem megalómanos, a megalomania, entrado o século XX, tornara-se de individual em colectiva e no própria nome da revista *Águia* descobria um indício dessa megalomania, provavelmente inspirada na congénere brasileira do *Condorismo* que fizera a apresentação de Castro Alves e de Fagundes Varela. E prosseguindo o esboço de comparativismo, para negar à geração da Renascença Portuguesa qualquer vislumbre de inovação, assinalava que os jovens de 1912 também, como os de 1860-70, combinavam o republicanismo com o aristocracismo intelectual, embora os da Escola de Coimbra pretendessem, com esse intelectualismo, *combater o indígena, o compatriota bestializado nos hábitos tradicionais* (18). E se na geração de 1860-70 denunciava,

(18) Ob. cit., p. 80.

no âmbito da poesia, o culto de *um gongorismo inspirado*¹ talvez nos discursos anfigurísticos da cerimônia dos graus aos calouros (19), na dos novíssimos de 1912 denunciava também o culto demesurado de uma singeleza tão rigorosa que acabava por se transformar em chateza; e se os românticos e os pós-românticos faziam subir a Natureza à altura dos homens, os novíssimos, por seu turno, nada obtinham nesse domínio, revelando-se os poetas da *Águia* tão ineptos como a maioria dos do século XVII. E isto porque, segundo Adolfo Coelho, os novíssimos eram incapazes de aceitar uma estética normativa, pretendendo, pelo contrário, *sacá-la íntegra do próprio espírito*, quando, conforme os preceitos do Evolucionismo, *a condição essencial do progresso, para cada um, está em que se reconheça como um elo na cadeia da Evolução e não se julgue capaz de se constituir em começo absoluto* (20), pelo que defendia o cultivo possível da poesia social ou filosófica, ausente na geração da *Águia* mas a que os poetas da segunda metade do século XIX não foram estranhos. E, em suma, nos novíssimos acabava a atacar a ausência de espírito filosófico autêntico, uma vez que o Positivismo comtista caíra em descrédito e não fora substituído por outro sistema de ideias.

Fernando Pessoa, que preparava, para a Renascença, um folheto de refutação a todos os que tinham atacado os novos poetas, responde a Adolfo Coelho em 21 de Setembro de 1912, em artigo de réplica que faz publicar no *República*. Pessoa começa por denunciar uma *íntima desconexão* no texto de Adolfo Coelho, mau grado a aparente lucidez e a quase erudição e, contra-argumentando em face das objecções levantadas, que sumaria (falta de avanço da poesia nova em relação à poesia de 1860-70, falta de avanço espiritual sobre outra qualquer corrente poética, falta de originalidade e de grandeza para se impor como uma renascença literária), determina que a grandeza dos poetas de uma corrente literária só pode ser avaliada através do grau da sua originalidade, equilíbrio e nacionalidade. Como exemplos, cita a poesia grega (que surge *anadiomenicamente do oceano escuro do tempo*, mas com uma alma original e própria) e a da Renascença, particularmente a inglesa, (que rompe, flagrante, *da noite da idade chamada média*). Essas seriam as grandes épocas literariamente originais e o próprio Romantismo não se lhes pode comparar. Naqueles grandes períodos originais é que, exactamente, aparecem as maiores obras individuais (a *Iliada* e Shakespeare, Dante e Milton). Por irónica

(19) *Idem*, p. 81.

(20) *Ob. cit.*, p. 84.

dedução lógica, Pessoa concluía que se a originalidade, o equilíbrio e a nacionalidade do período poético de 1912 viessem a ser considerados grandes, grandes teriam também de ser os poetas das novíssimas gerações ou, «caso seja impossível considerá-los como tais... brevemente surgirão grandes poetas ou, pelo menos, um grande poeta da nossa nova poesia» (21), por onde Pessoa retomava a anunciação do supra-Camões. Seguindo o mesmo raciocínio, entre ingénuo e deslumbrado, entre irónico e irreverente, Pessoa provava a nacionalidade de uma poesia através da sua plena originalidade (como já insistira nos artigos que publicara na *Aguia*, nos inícios de 1912), justificando: «... Se a poesia de uma nação é em certo período em absoluto original, donde lhe poderá vir essa originalidade, esse poder de ser diversa e outra do que todas as outras poesias, se não de ser a genuína e suprema interpretação do que esse país tem de essencialmente diverso e outro do que outros países — e isso é ser tal país e não outro — é a raça» (22). Fundamentada, assim, a nacionalidade da novíssima poesia, restava assegurar a sua originalidade e equilíbrio.

Mas não pode haver originalidade sem equilíbrio, entendido este, como num psiquismo qualquer, pelo *grau de sua atenção ao mundo exterior*; e a originalidade, garantida de equilíbrio, consistirá, por sua vez, em *ter ideias inteiramente próprias e individuais*-, por outras palavras, *subjectivas*. De dedução em dedução, Fernando Pessoa acabava por concluir que o que se tornava necessário distinguir era se a nova poesia portuguesa envolvia ou não qualquer novo conceito do que é a realidade e *se a sua atitude perante o universo e a vida era uma atitude inteiramente nova* (23). Com uma implacabilidade vertiginosa onde escondeu a fraqueza dos seus argumentos, Fernando Pessoa distinguia, primeiro, Portugal como membro da civilização da Europa Ocidental; donde a sua evolução literária sé integrava na evolução literária da Europa; se nessa linha evolutiva, a nova poesia portuguesa trazia algo de novo em si, então essa *originalidade* teria de ser o *princípio de um novo estádio na linha evolutiva da civilização em que Portugal está integrado* (24). Donde, finalmente, essa Nova Renascença se vasaria pela Europa, tal o Renascimento, da Itália, contaminou todo o continente. Para melhor provar a sua tese, passava à análise dos estádios anteriores da evolução literária da Europa, para carac-

(21) *Ob. cit.* p. 91.

(22) Fernando Pessoa, *A Nova Poesia Portuguesa*, Lisboa, 1944,

p. 91.

(23) J. Boavida Portugal, *ob. cit.*, p. 92.

(24) *Idem*, p. 92.

terizar, por eles, o estádio literário seguinte e, por fim, comparar os dados obtidos com as características da novíssima poesia. Da concordância ou coincidência, se as houvesse, estava provada a tese de Pessoa.

Para a Renascença, a realidade fora exclusivamente a alma, porque a Renascença nunca atingiu o sentimento da Natureza e os seus máximos poetas (Petrarca ou Shakespeare) foram poetas do amor que é um sentimento que liga as almas; para os românticos, a realidade expressou-se pela Natureza e os seus máximos poetas, da alma só conheceram *cada um a sua alma individual* ⁽²⁵⁾, e acabaram a pensar por *imagens*, enquanto os renascentistas pensaram por *ideias*. Como o nosso conhecimento *não tem outros objectivos além da Alma e da Natureza*, a partir das características da Renascença e do Romantismo, deduz-se que o estádio seguinte da evolução literária, a nova Renascença, teria de consistir na *fusão do psiquismo da Renascença com o psiquismo do Romantismo*, como exultantemente conclui Fernando Pessoa. E dessa fusão, adianta ainda, nasceu uma dupla noção de Realidade, a Realidade *Natureza-Alma* ou melhor, na *Nova Renascença a Natureza será concebida como Alma* ⁽²⁶⁾. De resto, como *provas*, Fernando Pessoa quase repetia as que já deixara nos artigos da *Águia*, recorrendo a trechos de Pascoês e de Jaime Cortesão.

Veiga Simões, que usufruía ainda dos ecos recentes da publicação d'*A Nova Geração*, veio depôr para aplaudir os novíssimos nos quais começava por assinalar a expressão do sentimento pátrio. Atacando a literatura académica e auto-satisfeita dos finais do século XIX, no que repetia, aliás, alguns pontos de vista que deixara n'*A Nova Geração*, fazia o elogio de um ruralismo simplista e chão que ficava para «os lados do Norte, bem distante do sussurro do Chiado, ali onde o sul tem agonias mais saudosas, a vida é simples como a quiz Sá de Miranda é ninguém sabe dos génios que esmorecem melancolicamente diante duma salsa, no Martinho» ⁽²⁷⁾.

Os grandes homens do fontismo (que realizou, lá fora, *empréstimos de dinheiro e de inspiração*), haviam recolhido do estrangeiro tudo o que em literatura tinham para dizer. Mas os novos, pelo contrário, tentavam reatar o filão do génio português, recorrendo a Camões e a Garrett. Veiga Simões não fazia mais do que repetir os pontos de vista, críticos, políticos e morais que os artigos da *Águia* martelavam, defrontando o estado de

⁽²⁵⁾ *Idem*, p. 94.

⁽²⁶⁾ *Idem*, p. 95.

⁽²⁷⁾ *Ob. cit.*, p. 89

coisas criado pelo constitucionalismo burguês, tudo para tentar que o país se interessasse por si próprio através do renascimento literário operado pelo poeta-profeta Teixeira de Pascoaes, que Veiga Simões considerava como uma verdadeira figura bíblica. E embora não deixasse de prestar homenagem a Teófilo Braga, cuja obra tinha, para o autor de *Nitókris*, intenção paralela à de Camões e à de Garrett, indiciava como mestres da nova escola o Teixeira-Gomes do *Agosto Azul*, Silva Gaio e Eugénio de Castro, Jaime Cortesão e Mário Beirão, Correia de Oliveira e Lopes Vieira, Carlos Parreira, Augusto Gil e Vila Moura.

O depoimento de Júlio Brandão é uma diatribe despropositada contra Pascoaes e representa a reacção do ressentimento académico e romântico aos rumos do Saudosismo. Por isso, defendendo-se, apreciava a nova poesia apenas como subjectiva; apresentava como único escritor de qualidade o polígrafo D. João de Castro; denunciava o teatro como de completa decadência apesar de alguns êxitos de Henrique Lopes de Mendonça; na Renascença, finalmente, não via mais do que uma *patuscada de vaudeville*. Júlio Brandão atacou Pascoaes com inusitada rudeza e muito maior injustiça, chegando ao insulto gratuito e mesquinho. A Renascença era, para o poeta convencional, uma *coisa imprevista de audácia e estupidez*; Pascoaes era uma *bexiga de porco*, um *tartufo*, um *Budasinho com navalha de ponta e mola*, de uma *ignorância e de uma abundância poética aflitiva*, a escrever *baboseiras em prosa colegial*. O depoimento de Júlio Brandão provocou gáudio e escândalo.

Particularmente assinalável foi o testemunho do visconde de Vila Moura, a que deu o título de *Os preconceitos literários da velha e da actual literatura*, e no qual agrupou com alguma lógica e inteligência, os prejuízos que corriam contra o Saudosismo e que o *Inquérito Literário* ainda mais agravara. Eram eles, segundo Vila Moura, a *guerra ao personalismo*, o *espírito de seita*, a *preocupação de uma arte social e exacta* e, enfim, a *reacção positivista*. Preconceitos dessa natureza já tinham dividido a família literária do século XIX (e iriam agitar o pequeno mundo literário português na polémica da arte comprometida e da arte livre), quando Garrett, Herculano, Camilo, Oliveira Martins, Fialho, João de Deus, Nobre e Junqueiro se haviam libertado dos compromissos das escolas e quando os seus seguidores, escritores menores que mais não fizeram que glosá-los, voltaram ao círculo fechado de novas subserviências escolares. Foi através desses, dos menores, que a arte acabou numa *estética de régua e compasso*, através do Realismo, ou numa *casuística de ingenuidades e de lamúrias*, através do pretexto romântico convencional.

Os descendentes dos *formigueiros literários*, já no século XX, agarraram-se aos lugares-comuns de sempre (Positivismo, Realismo, Romantismo, Arte Social, Nacionalismo, Regionalismo), esquecendo, porém, que o *cosmopolitismo, longe de ser um erro, deve ser um fim*, no que Vila Moura começava a distanciar-se do nacional-tradicionalismo de Veiga Simões e do casticismo da geração da *Águia*. Numa sequência que chega a lembrar um manifesto, Vila Moura enunciava, seguidamente, o seu conceito de Arte, as características dos escritores modernos, as causas do erro na Renascença literária. Assim, a arte, compreendendo toda a beleza, era profundamente amoral e não devia ser usada como um espelho já que apenas referia um mundo que podia ser apenas íntimo e estranho, um polipersonalismo que se escudava nos princípios de que o mundo real é inverosímil em Arte e de que a base da estética é a imaginação. *O temperamento, sublinhava, é o fio-mestre da vida impressiva* (28). Neste conceito de estética, Vila Moura admitia que existiam, em Portugal, realizações que podiam e deviam incluir-se no âmbito da arte pura e, nas gerações novas, felicitava-se, em suma, porque o elemento étnico deixara neles de ser um pretexto artístico, para passar a sugerir e a premiar a própria arte. Aí triunfava claramente o idealismo novecentista.

Mas havia erros na Renascença Portuguesa, porque abandonada à «literatura», nada lhe correspondia nas Academias e nas escolas. E só a *Águia* era um elemento novo de divulgação tanto dos pensadores mais jovens como dos inéditos de autores do século XIX, que já antecipavam a nova mentalidade. De resto, como novidades no campo da ciência, tudo se ficava na *Portugália* e na *Revista Lusitana*, porque nas Universidades a desolação era geral, como desoladoras eram a crítica, o romance e o teatro que não passava de *um simples desdobramento da eloquência fácil dos demais tablados*.

Retraído, numa carta ambígua, Carlos Malheiro Dias respondeu ao *Inquérito* com algumas evasivas, evitando as franjas da polémica que por Setembro de 1912 lavrava em quase todos os jornais de Lisboa e Porto. Colocando-se numa posição equidistante das várias tendências, inculcava à situação do homem de letras, em Portugal, (ou um proletário, ou um parasita, ou um diletante) a pobreza da própria literatura. Se com o advento do Liberalismo, os homens de letras tinham obtido uma certa notoriedade social, não tardou que, no país vegetativo e inculto de finais do século XIX, a ideia liberal passasse para as mãos ávidas de juristas e de pequenos letrados. A moda dos homens de letras

(28) *Ob. cit.* p. 102.

ao serviço da política acabou por desvanecer-se logo após a República, donde qualquer verdadeira reacção estético-literária não conseguia passar a barreira do indiferentismo e da abulia. Quanto a tudo o mais era céptico: «Acredito numa renascença precária, afirmava, restrita ao fenómeno periódico de uma renovação do nosso pequeno elenco literário. Mas, como as restantes renascenças literárias, essa... acha-se condenada a viver a mesma vida de privações que comprometeu o pujante desenvolvimento das gerações anteriores». E, com grande lucidez, previa já «o cruel desastre de tantas generosas esperanças, o aniquilamento de tantas e nobres ambições» (29), o fim sombrio do que tomava com um *programa de ilusões*.

Os depoimentos findaram com o de Carlos Malheiro Dias. Nas réplicas, além das mais significativas e a que já aludimos, de Leonardo Coimbra e de Fernando Pessoa, há que distinguir a de Raúl Proença (assinou o comentário na qualidade de *Dissidente da «Renascença»*) que foi um ataque violento a Júlio de Matos. Não é por esse facto polémico que a intervenção de Raúl Proença é importante, mas sim porque tendo sido o redactor do manifesto da *Renascença Portuguesa*, melhor do que ninguém podia aclarar os intuitos do seu processo de formação. O texto é ainda hoje esclarecedor, tanto mais que Proença o expurgou de tudo o que, por 1912, já era francamente acessório ou estava ultrapassado pelos factos de uma dissidência irremediável. Sublinhava, no entanto, que pelo programa originário da *Renascença* se pretendia, mais do que criar um foco de acção, organizar um bloco de inteligências que concentrasse tudo o que corria esparso, as boas-vontades que esbarravam com a indiferença, as iniciativas que se malogravam por falta de persistência, os intelectuais que estiolavam no isolamento. Se de bloco se apodava esse conjunto de pessoas, desejava-se, porém, que fosse estranho a factores políticos e distante das *cotteries* literárias para que a *Renascença* pudesse saltar, na sua generosidade originária, por sobre todas as divergências e apontasse a uma solidariedade sem equívocos. Para tanto, no próprio manifesto se fazia a etiologia da doença colectiva portuguesa, cuja principal causa recaía no tipo de educação que durante três séculos outro mais não fizera do que prolongar o movimento da Contra-Reforma. E Raúl Proença sublinhava: «o nosso espírito, a nossa maneira de encarar os problemas, o nosso modo de os resolver, as ideias fundamentais que formamos da vida e do mundo... são coisas anacrónicas sem relação nenhuma com o meio europeu em que nos integramos fisicamente (30). É como

(30) Ob. *cit.*, p. 121.

(29) Ob. *cit.*, p. 112.

se fossemos uma pústula no seio da Europa»⁽³¹⁾. Só os ventos que do Continente sopravam, por vezes, mais fortes, chegavam a açoitar-nos, tais os do Cientismo, do Positivismo, do Evolucionismo, do Determinismo. Mas mesmo assim, enquanto na Europa esses movimentos foram formas fecundas de progresso, em Portugal acabaram a transformar-se noutros tantos preconceitos, o do Cientismo a apontar apenas o que não se pode fazer; o do Positivismo a insistir no monolitismo dos dogmas; o do Evolucionismo a impor uma maior lentidão na resolução de tudo; o do Determinismo a ensinar o rigor das leis imanes. Progressivas, na Europa, as ideias, em Portugal, apenas se tornavam inibitórias, acentuando ainda mais o fatalismo hereditário e, por isso, é que sempre se tentava resolver os problemas graves que a Nação enfrentava, com o inevitável recurso de uma mentalidade envelhecida, se não antiga. Por esses motivos, a base do programa da *Renascença Portuguesa* consistia em pôr a nossa sociedade «em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual, sem perder nunca de vista, já se sabe, o ponto de vista nacional e as condições, os recursos e os fins nacionais»⁽³²⁾. A *Renascença* criaria, enfim, duas coisas novas em Portugal, *uma elite consciente e uma opinião pública esclarecida*.

Confessava, todavia, Raúl Proença que a *Renascença*, através da *Águia*, não cumprira aquele programa porque, tendo dois grupos originários, o núcleo do Norte, *entusiasta, febril, ébrio de dedicação e de audácia*, e o do Sul, *pessimista, descrente, sem iniciativa e sem ímpeto*, o primeiro constituído por poetas, o segundo por espíritos mais intelectivos, o que na *Renascença* triunfara fora a *falange emotiva, mística, amorosa de sonho e de mistério*. Daí que a poesia tivesse tomado posse da *Águia* e que o Saudosismo fosse um elemento *sur-ajouté* que nada tinha a ver com a primitiva orgânica da *Renascença*. Esta era, como se sabe, a posição de António Sérgio e dos fundadores da *Seara Nova* que se afastaram da *Renascença Portuguesa* face à evolução literária da *Águia*, em cujo primeiro número nascera o grande equívoco quando Pascoaes decidira que era pela *Saudade revelada* que existia a *razão de ser* da *Renascença*, tendência radicalmente oposta ao espírito que animava o núcleo do Sul. Apesar do seu afastamento, não podia Raúl Proença aceitar os ataques de Júlio de Matos contra os poetas da *Águia*,

⁽³¹⁾ *Idem*.

⁽³²⁾ *Ob. cit.*, p. 122.

ainda que individualmente considerados, e se ripostou a Júlio de Matos com desnecessária violência, não deixou de ter razão, ao contrariar o célebre psiquiatra, quando afirmou que por 1912 dependíamos muito menos da França do que dependera a geração que se amparou no Positivismo, sistema filosófico que denegriu em termos ásperos: «Há-de fazer-se um dia a história do que foi o Positivismo em Portugal e então ver-se-á que ele foi, em charlatanismo e em filáucia, em dogmatismo asinino e em incompreensão estupenda, mil vezes mais degradante do que todos os 'saudosismos' imagináveis» (33). Em vez de desnacionalizada, como pretendia Júlio de Matos, via Raúl Proença, na geração da *Águia* uma excessiva nacionalização, uma desmesurada tendência para a *lusitanidade*. E foi o próprio Proença quem assumiu a defesa do idealismo místico de 1912, rebatendo um a um os argumentos de Júlio de Matos, colocando-se, enfim, numa curiosíssima posição em que, se por um lado defendia o intelectualismo racionalista em face do Saudosismo, idealista e lusista, não o diminuía no seu nexos poético e no seu valor literário.

Também Antero de Figueiredo se insurgiu contra Júlio de Matos. Veio este novamente à liça, em réplica, mas nem se defendeu convincentemente, nem abandonou o pigarro catedrático e a incômoda posição olímpica que nunca deixou de assumir durante a polémica.

Augusto Casimiro, já adiantada e popularizada a contenda, confrontou-se com Júlio de Matos e com Gomes Leal. Quanto à refutação dos argumentos do primeiro, nada adiantou, na sua intervenção, ao que Proença já não tivesse deixado esclarecido e a Gomes Leal apenas ofereceu algumas flores de retórica académica.

João Amaral, que pouco viria a distinguir-se, antagonista confesso da *Renascença*, também respondeu a Júlio de Matos, a Gonçalves Viana e a Gomes Leal, acabando, porém, a beneficiar a *Águia*, na qual considerava que se encontrava o que de melhor a literatura portuguesa possuía, acentuando, como importantes, as experiências que corriam na *Rajada* e na *Dionysos*. Mas em algumas considerações curiosas, a modo de balanço, João Amaral não dava ao Saudosismo mais do que o curto horizonte de *um ambiente criado para joute de emoções e sugestões*, aceitando em pleno a existência de uma renascença literária de que o demiurgismo de Gomes Leal era indício percursor.

O depoimento de Jaime Cortesão merece referência especial na medida em que configura, em termos claros, o conceito

(33) *Ob. cit.*, p. 126.

de saudade que a *Águia* entretanto publicitava poeticamente. Sem ser um sentimento depressivo ou a recordação de uma pessoa querida, como pretendia Júlio de Matos, nem cultivá-la seria *amarrar-se ao passado*, era, pelo contrário, a expressão de um sentimento gratificante e generoso pelo qual se desejava «elevar a Raça à consciência activa das mais altas virtudes, levantá-la às suas mais sublimes culminâncias, arrebatá-la no ímpeto da sua antiga audácia» (34), no que ia coincidir estreitamente com Teixeira de Pascoaes que, no seu desforço com Júlio de Matos, apresentava como objectivo do Saudosismo e da Renascença, o despertar da raça na *sua renovada alma original*, de modo a insuflar-lhe novas energias. Para atingir esse objectivo, ainda segundo Pascoaes e Cortesão, os poetas da Renascença tinham descoberto na alma da raça a *síntese da alma espiritualista dos semitas e da alma pagã dos árias*, síntese, por sua vez, de dois princípios filosóficos, a espiritualidade e a sensualidade, que a palavra *saudade* inteiramente expressava. Pascoaes insistia e pormenorizava o que já deixara em artigos publicados na *Águia* e no próprio *Inquérito*, voltando a sublinhar os seus conceitos e opiniões tanto no comentário à intervenção de Proença, como nas réplicas a Adolfo Coelho e a Júlio de Matos. Refira-se ainda que quando Proença voltou à liça, em nova réplica a Júlio de Matos, produziu outro notável e violento ataque contra o Positivismo.

Albino de Meneses, que não viria a assumir qualquer papel de relevo na vida literária, atacou particularmente a *Dionysos* como se fosse «uma pobre lâmpada ramelosa do templo em que a arte... de fundilhos e pontas de cigarro pede arrimos a lentes e a figuras de destaque» (35), forma de denúncia em que se sentia o ressentimento das querelas estudantis que ainda agitavam a geração dos novos poetas. E tão pouco estimulante é, como a de Albino de Meneses, a intervenção de Sousa Costa que se não deixava de contrariar a *Águia*, também não deixava de elogiar a sua qualidade literária.

Aarão de Lacerda deplorava que o *Inquérito* apenas se abeirasse da literatura, quando, no fundo, as alterações do momento deviam muito mais à renovação filosófica que, entretanto, por intermédio de William James, de Bergson, de Eucken e de Boutroux, tinha modificado o pensamento ocidental. E, elogiando e defendendo o bergsonismo, descobria, na poesia da época, um veio filosófico representado por Pascoaes e outro, de transição filosófica para o lusitanismo, representado por Correia de Oliveira.

(34) *Ob. cit.*, p. 164.

(35) *Ob. cit.*, p. 208.

Do esquecido militar e crítico Manuel António de Almeida possuímos, no *Inquérito*, uma das primeiras e claras defesas do Modernismo que se fizeram em Portugal. Manuel António de Almeida, cuja escassa mas curiosa obra conviria reunir em volume, citado por Fernando Pessoa na carta a Adolfo Rocha que Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho incluíram no volume *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias* (36), evitando uma discussão meramente literária e personalista, aceitava a tendência idealista como um aspecto do movimento geral da arte europeia, em cujas ambições se inscrevia o desejo de exprimir o inefável, *a essência da alma indizível e fluída* (37), e a ideia integral, com o *seu cortejo de imagens, de sensações e de sentimentos*, tendo como característica fundamental a *Aspiração*, pelo que se organizava como uma arte mística, ardente e apostólica. Essa *Aspiração* traduzia-se na poesia, na estatuária, na pintura, tendo como condição o *sentimento religioso* a tentar, porventura, «uma representação nítida em torno da qual paira um nimbo de coisas evocadas» (38), definição da arte moderna que o próprio Fernando Pessoa (que considerou M. António de Almeida, em 1930, quando já pouco ou nada dele se sabia, como o *mais curioso espírito crítico português*) veio a seleccionar para exprimir a necessidade de *jogar num ponto nítido e universalmente transmissível a intelectualização da sensação*, como aconselhava a Miguel Torga; definição ainda que, como nenhuma outra ia, aliás, ao encontro dos pontos de vista de Fernando Pessoa, enunciados dezoito anos após o *Inquérito Literário*, de que *toda a arte se baseia na sensibilidade*, de que *a sensibilidade é pessoal e intransmissível*, de que *para se transmitir a outrem o que sentimos... temos de decompor a sensação... aproveitando nela... o que é susceptível de generalidade*, e de que *não há arte intelectual, a não ser, é claro, a arte de raciocinar* (39). Mas Fernando Pessoa, em 1930, já nada poderia saber de Manuel António de Almeida que, nascido em 29 de Março de 1879, tinha falecido em 18 de Setembro de 1922. A sua biografia militar, única que mais intimamente conhecemos, não é rica em pormenores literários. Filho de mãe solteira, Gertrudes da Conceição Duarte, provavelmente de origem humilde, assentou praça com 18 anos, como voluntário, no Regimento de Cavalaria 4, tendo sido promovido a alferes, em Infantaria 5, em 1903, depois de ter frequentado, em 1902, o

(36) Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho, *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, p. 72.

(37) J. Boavida Portugal, *ob. cit.*, p. 229.

(38) *Idem*, p. 231.

(39) Fernando Pessoa, *ob. cit.*, pp. 70-71.

curso da Escola do Exército. Prosseguiu a carreira castrense sem incidentes, até que em 23 de Janeiro de 1917 foi mandado deter por ordem do Ministro da Guerra, devido a actos de indisciplina em colectivo, pena que vira a ficar sem efeito por força do decreto sidonista de 3 de Janeiro de 1918. Em 20 de Janeiro de 1917 embarcou, integrado no Corpo Expedicionário Português, para a frente de combate, em França, de onde só regressou, passado o armistício, em 5 de Março de 1919. Tinha, então, o posto de major e estava colocado em Lisboa, no Estado Maior da Infantaria. Afligido por grave enfermidade, o *mais curioso espírito crítico português*, conforme Fernando Pessoa, possuidor da Ordem Militar de Avis e da Medalha da Liberdade, apenas sobreviveu três anos, para morrer em quase completa obscuridade.

Outros depoentes houve, porém, no *Inquérito Literário*. Garcia Pulido, que colaborava na *Rajada*, fez o balanço da polémica, quer em desfavor da *inconsistência dos velhos* (forma por que aludia a Júlio de Matos e a Adolfo Coelho), quer da incompetência dos jovens para lhes responder e concluiu que perante os resultados do Inquérito era inevitável considerar que, completamente isolado, o artista se divorciava das multidões e que a *Renascença Portuguesa* vivia alheada das realidades. Restantes intervenções, como a do tipógrafo Ribeiro Coelho, trazem a curiosidade de referir já a crescente hostilidade do catolicismo militante ao Modernismo que começava a despontar; outras, como a do médico biliófilo Rita Martins, atacavam os preconceitos escolares dos continuadores forçados de Eça e de Fialho; outras, como a de António de Monforte, pseudónimo de António Sardinha, denegriam a *Renascença Portuguesa* em nome do nacionalismo radical, considerando-a uma *bastardia ignóbil*, ou, como a de Afonso de Bourbon, perguntavam-se se a concepção de Saudade, de Pascoaes, que era profundamente racista, se poderia aplicar a um momento histórico em que a Pátria não passava de um eufemismo.

Hernâni Cidade fez a síntese da polémica. Um pouco como vem depois de tudo dito, retirava conclusões também polemizantes sobre a ausência de verdadeira crítica literária em Portugal e apenas nas intervenções de Adolfo Coelho e de Fernando Pessoa encontrava matéria assinalável que valia por todo o Inquérito. Cabe-lhe a honra de ter descoberto, para a posteridade, o Fernando Pessoa de 1912 e o seu depoimento tem o grande interesse de se constituir numa tentativa de enquadramento das questões discutidas num pano de fundo filosoficamente aceitável. Apontando, sumariamente, os motivos por que, em Portugal, não era possível exercer a crítica literária, enumerava Hernâni Cidade algumas deficiências ou factores

negativos que António Sérgio, entre outros, viria a sublinhar e que primacialmente residiam na ausência de faculdades de análise e do *dom divinatório da síntese*, na falta de serenidade religiosa nos processos e até, porventura, na escassez de matéria verdadeiramente criticável. Tal como Garcia Pulido, do *Inquérito* retirava um diagnóstico: a intelectualidade, dominada já pelo magistério da crítica — existisse ela, de facto, ou não — dividia-se em críticos da velha escola e em críticos da nova escola. Nesta opunham-se, por sua vez, os não-renascentes e os renascentes. Os primeiros, os da velha escola, exerciam a crítica do palpite e, saturados de erudição, apenas viam no novo panteísmo uma das formas por que se substituía o arcadismo ou o quinhentismo. E acabavam a olhar, com desprezo, o que de poesia se ia ensaiando.

Quanto aos novos (renascentes e não-renascentes), como poderia Hernâni Cidade aceitá-los? O futuro professor da Universidade de Lisboa fora, como os da sua geração, férreamente educado nos dogmas de Taine. Ele próprio o esclarece: «...um povo étnicamente diferenciado, muito tempo vivendo num meio físico e psíquico distintos, deveria estereotipar na obra de arte o seu 'facies' psicológico individualizante» (40). Por isso, e não pelo rebater de ideias com que pretendeu contradizer Fernando Pessoa, não poderia aceitar a expressão de nacionalidade com que o autor da *Mensagem* acabava de timbrar a novíssima poesia portuguesa na síntese *Realidade-alma*, que Hernâni Cidade simplificadamente fazia assentar no naturalismo transcendental de Schelling, como teoria da identificação da natureza e do espírito numa suprema realidade ontológica que nada tinha a ver com um caso singular português. A única nacionalidade da literatura portuguesa, para Hernâni Cidade, não poderia ter outra proveniência que não fosse a do fundo sentimental da raça e nem a teoria das ondulações imitatorias de Tarde poderia explicar a nossa comunidade de sentimento e de ideia pelo que, talvez para defender Adolfo Coelho e os folcloristas das gerações anteriores, aconselhasse Fernando Pessoa a procurar no romancero e no cancionero populares o germe da decantada poesia nacional. Que se saiba, Fernando Pessoa não respondeu.

Boavida Portugal finalizou o *Inquérito*. Das considerações que exarou no termo do volume de 1915 convém recordar quem não respondeu: Manuel de Oliveira Ramos, Eugênio de Castro, Marcelino Mesquita, Sampaio Bruno, Mendes dos Remédios, Carlos Mesquita, Teixeira de Queirós, Antero de Figueiredo, Manuel da Silva Gaio, Coelho de Carvalho. Só decorridos alguns

(40) J. Boavida Portugal, *ob. cit.*, p. 273.

anos, Álvaro Maia lançaria um novo inquérito, nas páginas do *Diário de Notícias*, em 1920, sob a epígrafe de *Literatura de ontem, de hoje e de amanhã*, que novamente agitou o meio cultural português, não sem que antes, mas desta feita sem qualquer repercussão digna de registo o *República* voltasse a publicar novo *Inquérito*, em 1914, subordinado ao tema *O mais belo livro*, a que responderam muitos dos escritores que já haviam feito intervenções no de Boavida Portugal.

O inquérito de Alvaro Maia como que coroa as modificações que no *Diário de Notícias* se operam, ainda que muito lentamente, desde que, em 1 de Junho de 1919, Augusto de Castro substitui Alfredo da Cunha na sua direcção. Logo no mês seguinte aparece da autoria de Aníbal Soares o folhetim *A Semana do Chiado* que, embora de intenção satírica e ilustrado por Francisco Valença, faz a crónica da vida intelectual e cultural de Lisboa, exactamente no ano em que desapareceram algumas das figuras principais do passado imediato e da literatura do século XIX, como Teixeira de Queirós e Marcelino Mesquita. Em Novembro de 1919, passa Júlio Dantas a assinar artigos periódicos sobre o *Momento Literário*, em Portugal e no Brasil, sublinhando a obra de escritores como Lopes de Mendonça e a tendência para a literatura de cunho fragmentário, cosmopolita e exageradamente epocal, de que é testemunho a narrativa de Samuel Maia, entre outras. O *Diário de Notícias*, porém, não se fica por aí e introduz o gosto pelas grandes sínteses, quer através da discussão sobre o *Problema Português* (com conferências que também são anunciadas pelos finais de Novembro de 1919), quer através dos artigos de D. José Pessanha sobre a arte portuguesa, quer mediante o entusiástico apoio à fundação do Museu etnográfico, quer, ainda, por intermédio dos artigos de fundo da autoria de Fernando Emídio da Silva.

Pelo fim da guerra e enquanto se discute a Revolução Bolchevista, acentua-se, em Portugal, a campanha patriótica e proliferam tomadas de posição, as mais diversas, sobre a *Hora Nacional*, a redenção da pátria e o regresso ao regionalismo que é discutido sob as mais diversas facetas e pormenores. É neste movimento que se insere o curioso inquérito de Álvaro Maia, 1887-1940, jornalista monárquico intransigente, colaborador da *Monarquia*, do *Diário da Manhã*, do *Diário Nacional* e de outros periódicos radicais, que se distinguiu como crítico literário e como polemista político e que foi autor de um único livro, *Vento Sobre a Charneca*, publicado postumamente em 1944. O Inquérito vem anunciado no *Diário de Notícias* de 5 de Março de 1920, a propor questões em torno da hipótese de uma renovação da literatura nacional como consequência dos condicionalismos políticos, sociais e morais da época; sobre as

tendências mais vincadas ou características das letras portuguesas no início do segundo decénio do século XX; sobre as causas que determinavam o movimento literário que se fazia sentir no país; sobre as mais modernas gerações e os valores que despontavam; sobre a influência crescente do regionalismo, sem deixar de aflorar temas de carácter pessoal. Logo a 6 de Março responde António Correia de Oliveira que, na pegada de Fernando Pessoa, mas de forma assaz pedante e exageradamente académica, anuncia a vinda de um grande poeta futuro que, afinal, consubstanciase as campanhas do neo-garrettismo e do nacionalismo estético.

O segundo depoente foi João de Barros que, retomando a discussão de temas que já deixara em artigos publicados em *La Revue*, apostava no triunfo de um movimento literário e artístico de base idealista, assumido como reacção contra o tédio, a decadência e a indiferença *laxista* que há muito caracterizavam o panorama cultural português. Seguiu-se-lhe Antero de Figueiredo que, na negação da fé, que foi um dos principais vectores da campanha republicana, assinalava, afinal, uma afirmação da mesma fé e um ineludível refrescamento e triunfo do Catolicismo tradicionalista, chegando ao ponto de anunciar ou de vaticinar uma época de conversões em massa. Hipólito Raposo respondeu em 5 de Abril de 1920 e negou, pura e simplesmente, a existência de uma literatura moderna, ou de outra qualquer, em Portugal. Através da óptica do seu conservadorismo típico e contundente, via, no momento português, a quase exclusiva manifestação das rebeliões do indivíduo contra os *grupos naturais*, a família, a profissão, a Nação, e ainda a revolta do sentimentalismo contra a disciplina da Razão, considerando o regionalismo como um regresso às virtudes da *Terra Patrum* e a literatura do futuro como uma forma de predomínio da inteligência sobre a sensibilidade.

Henrique Lopes de Mendonça, que responde a 17 de Abril, suspira por uma autêntica renascença romântica e dá a tradição nacional como único fundamento de todas as renovações, ao passo que Afonso Lopes Vieira, que responde a 21 de Abril, entrincheirando-se nas temáticas fundamentais do Saudosismo, propõe um esquema confuso e palavroso de reaportuguesamento de Portugal, através de uma geração que fosse afilhada de Garrett e que conseguisse europeizar, ou universalizar, a especificidade ou as singularidades dos nossos particularismos nacionais.

Aquilino Ribeiro, que responde em 14 de Maio, deixa, no seu depoimento, algumas notas curiosas e inteligentes sobre o problema das correspondências entre a literatura e o meio. Começa por chamar a atenção para a crise moral que grassava

na sociedade portuguesa, sem esquecer que há uma lei de relação entre a literatura e o meio social em virtude da qual, literatura e meio mutuamente se condicionam ou explicam. E perguntava-se: Mas *haverá entre nós uma atmosfera social que possa comportar uma renascença literária?* É que nos fenómenos sociais e até espirituais que, na época, poderiam determinar uma verdadeira renascença literária, o que, de facto, sobressaltava, eram factores negativos. A República era anti-intelectual ou, como escrevia Aquilino Ribeiro, *inintelectual* e nos seus bastidores quem se impunha, ou era o traficante sem grandes escrúpulos e sem grandes letras, ou era o cacique com muitos votos. E em todo o leque partidário, o único que oferecia uma platibanda ao intelectual era o partido unionista, desde que, obviamente, o intelectual fosse unionista. Ao mesmo tempo, a moral desaparecia da sociedade portuguesa e o mundo verdadeiramente novo por que todos aspiravam, *sem sanção, nem obrigação*, parecia cada vez mais longínquo. Até na própria vida da província, de que Aquilino Ribeiro era um dos grandes cronistas, nada substituíra os deuses abatidos em 1910, esses que apenas tinham sido trocados por uma justiça verbal, arbitrária, personalista. E, no entanto, apesar de *inintelectualista*, a República colaborou, de certo modo, até 1920 ou 21, na redenção cultural do país, ora mediante a criação de museus e bibliotecas, ora restaurando alguns grandes monumentos, acabando a incentivar o gosto periférico pelo classicismo, pelo *objecto que representa no trajecto da raça um transporte individual ou colectivo para fora do quebradicação humano*, conforme as palavras de Aquilino. E na literatura esse classicismo significava um retorno às fontes da língua e da raça, num movimento que, apesar de tudo, não deixava de ser esperançoso.

A renovação era, portanto, nacionalista, em clara oposição aos estrangeirismos de Eça de Queiroz e aos barbarismos de Fialho de Almeida. E, se uma geração o conseguisse, separando o trigo do joio, começariam a produzir-se, dentro do *nosso jardim*, as flores que tinham sido cultivadas por Fernão Lopes, Camões, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Bernardes, Vieira, Garrett e Herculano. Melhor ou mais cristalinamente do que qualquer dos outros escritores que depuseram no inquérito de Álvaro Maia, enunciava Aquilino Ribeiro os fundamentos da tendência regionalista como regresso à madre e em cujos arcanos se desenvolve o embrião do ideário do futuro neo-realismo português ou, nele menos, do que o antecede na fase puramente crítica. É a vertente do regionalismo- ou da campanha regionalista que fora, em parte, desencadeada por Aquilino Ribeiro e que veio a congregar outros interesses quando o *Diário de Notícias*, a partir de 1920, se fez arauto das suas virtudes patrióticas. E ao

regionalismo prendia-se, afinal, o problema da língua literária, que teria de ser a língua do povo a invadir ou a contaminar, refrescando-a, a língua da literatura, envenenada de estrangeirismos. Na província, em suma, residia a qualidade de ser português e de continuar a sê-lo, donde a arte que se impunha ou que começava a impor-se, era uma arte de contracção, como, aliás, o próprio Aquilino Ribeiro deixara na abertura de *Terras do Demo*. O regionalismo constituir-se-ia numa forma de defender a nacionalidade que sempre fora realista e que urgia expurgar dos falsos idealismos e das galopadas românticas, sem, contudo, fechar os ouvidos, segundo as próprias palavras de Aquilino, *à forte voz que ia atravessando as fronteiras, chamando à união dos povos...., já que o ideal da Humanidade preferira ao ideal da Pátria*. No depoimento de 1920 parece estar generosamente concebido todo o programa que só viria a estabelecer-se e a consciencializar-se ideologicamente nas gerações neo-realistas de muito mais tarde: *....Podemos ser uma parcela do mundo novo, assente sobre outras bases económicas e sociais*.

Enquanto a campanha regionalista prosseguia com afirmações que iam assumindo um claro tom político, inclusivamente de Sousa Costa (*o regionalismo é o sistema muscular da Nação*), deslocando-se lentamente das zonas do progressismo para a área do nacionalismo provincialista, depunha Fausto Guedes Teixeira, em 21 de Maio de 1920 no Inquérito de Álvaro Maia. Novamente se aflorava o problema do regionalismo, apesar do poeta considerar que não há literatura velha ou nova, mas boa ou má. Guedes Teixeira opunha-se claramente a uma concepção de regionalismo, para Portugal, que fosse buscar as suas origens nos regionalismos provençal ou catalão, porque em Portugal era a mesma a língua para todo o território. A renovação proviria, assim, do culto do intimismo que era o fundamento do lirismo e este o era da literatura.

Entretanto, sempre sob a égide do *Diário de Notícias* e do seu director, Augusto de Castro, outra campanha se abria em Portugal: a do colonialismo que, associada ou matrimoniada com a do regionalismo lusista, conferia uma singular matriz ao nacionalismo que se desenvolvia, inclusivamente nos domínios da recuperação patrimonial, com campanhas permanentes em abono da salvaguarda dos bens nacionais, a baixela Germain, o castelo de Obidos, a querela sobre o mosteiro de Pombeiro, as associações de amigos de Tomar e de Leiria, o renascimento dos Jerónimos e da Torre de Belém e de um numeroso conjunto de edifícios que a República classificara. É já nesse ambiente que se comemora o dia de Camões, em 1920* com apelos patrióticos de Guerra Junqueiro, de Antero de Figueiredo e de Júlio

Dantas e que, em certa medida, se deve entender o depoimento de Jaime Cortesão, publicado no *Diário de Notícias* de 24 de Junho de 1920. Cortesão admitia que se estava então no limiar de uma nova era da Humanidade, embora a arte, a religião e a política estivessem em crise. A guerra de 1914-1918 trouxera um inferno novo à vida do homem e, por isso, as velhas fórmulas políticas ou artísticas tinham-se tornado insuficientes para definir a realidade. A arte passara a ter grandes e inadiáveis responsabilidades perante a vida. Cortesão analisava, seguidamente, o que considerou a incubação nacionalista, como tentativa da Nação para decifrar o seu destino. Nesse enquadramento, o regionalismo era a sêde de verdade que devorava a alma contemporânea, e os seus poetas, filósofos e romancistas, um conjunto de valores inexcedíveis.

Carlos Selvagem depõe em 1 de Julho. Opondo-se à ideia de que em Portugal florescesse uma geração nova, no sentido mais amplo, apenas reconhecia, de uma banda, os Integralistas com um corpo de doutrina sólidamente fundamentado (ainda que utópico) que, embora espanejando o algebrismo racionalista e intolerante que dominou o século XIX, acabou, por seu turno, por criar um novo algebrismo teórico, absurdo e utópico para a burguesia dos anos 20. O misticismo do Integralismo era incompreensível para o utilitarismo moderno e, como escrevia Carlos Selvagem, ao manter-se *numa ortodoxa irredutibilidade política, transformou-se de algum modo em quantidade neutra, suspeita para o livre comércio das ideias*. Na outra banda estavam os extremistas da Ordem Nova, os portadores das temíveis ideias avançadas, de tendências puramente revolucionárias, internacionalistas, anti-capitalistas e anti-parlamentaristas, que constituíam uma minoria apenas grotesca na sua sinceridade impulsiva, preconceituosa e brutal. Não obstante, conforme Carlos Selvagem, os dois extremismos poderiam entender-se, porque sendo o nacionalismo um ideal profundamente generoso, fecundo e libertador, nenhum homem desempoeirado e culto poderia amesquinhá-lo em proveito de outras utopias. Nesse confluir de generosidades, via Carlos Selvagem a possibilidade de surgir um *Homem Novo*, uma espécie de renovado Fichte ou um outro Victor Hugo, o que, porém, a prática literária e o pensamento contemporâneo pareciam negar. Quanto ao regionalismo, seria talvez a única fórmula enérgica de Portugal poder refluir para as suas capacidades de pátria velha de oito séculos e de recuperar a herança literária de Garrett e de Herculano. E já anunciava Carlos Selvagem a necessidade de que um Homem viesse salvar o país e fazê-lo ressurgir no espírito do seu passado...

Seguiu-se o depoimento de Fidelino de Figueiredo, a que já nos referimos (vol. I) e em 28 de Setembro, o de Alberto Monsaraz que fazia pender a renovação literária de uma prévia renovação político-social, sublinhando a actividade dos nacionalistas como Mário Beirão, Hipólito Raposo, António Sardinha, Lopes Vieira e Correia de Oliveira. A tendência nacionalista via-a como uma natural expansão do espírito nacional contra o demorado estrangeirismo das gerações anteriores. De natureza praticamente idêntica foram as intervenções de Manuel da Silva Gaió e de António Sardinha, esta caracterizadamente polémica. Pode dizer-se, em suma, que o Inquérito de Álvaro Maia, pouco significativo, sob o ponto de vista literário, foi, no entanto, para o Nacionalismo e para o Integralismo, o que o de Boavida Portugal foi para o Saudosismo. Os integralistas utilizaram-no como um meio de divulgação, sem esconderem, muitas vezes, a forma quase capciosa com que se apropriaram do Regionalismo e do Nacionalismo estético.